

# O Brasil tem jeito?

*Arthur Ituassu e Rodrigo de Almeida<sup>1</sup>*

De conservadores ressabiados a extremistas empedernidos, de empresários industriais a representantes do sistema financeiro, de cidadãos politicamente engajados aos apolíticos, de saudosos do governo Fernando Henrique a defensores de Luiz Inácio Lula da Silva, de um canto a outro, enfim, poucos ousarão duvidar: o Brasil vive o seu melhor momento econômico em três décadas. Pode-se questionar as raízes desse estado de coisas, ou seus principais artífices, ou ainda a (in)completude do processo, mas parece evidente que o país está diante de uma oportunidade histórica de ingressar na elite do capitalismo mundial – o possível e decisivo *turning point* que, sob outras circunstâncias, nações lograram transformar-se econômica e socialmente.

No extremo, o Brasil depara-se com a versão nacional do Tratado de Kanawaga, firmado entre Japão e Estados Unidos, em 1854, que permitiu aos japoneses iniciar a grande virada em sua industrialização; ou a etapa pós-Guerra da Secessão nos Estados Unidos, quando os norte-americanos se viram sob acúmulo crescente de capital, expansão territorial e revolução nos transportes, a ponto de ultrapassarem os britânicos como a maior economia mundial; ou ainda o passo fundamental das reformas chinesas, iniciadas no fim da década de 1970 por Deng Xiaping, que garantiu à China a arrancada capaz de trazer-lhe a marca do gigante que exhibe hoje. Noves fora todas as circunstâncias históricas específicas de cada caso exemplar de desenvolvimento, o Brasil tem seu momento.

Momento este, sem dúvida, tarimbado pelo grande ato prático e simbólico que caracteriza este tempo de prosperidade: a elevação recente do país ao grau de investimento pela agência Standard & Poor's, o *investment grade*, que coroa uma longa marcha de ajustes macroeconômicos desde o Plano Real e abre o país para os US\$ 10 trilhões de uma série de fundos estrangeiros antes impossibilitados de aproveitar o potencial brasileiro. Alvissaras.

É bem verdade que, ao longo da história, flertamos diversas vezes com o crescimento sustentado, embora nunca tenhamos dado o passo adiante, decisivo, suficiente para conduzir-nos a um desejado patamar mais elevado. Há algo de intrigante e bem-vindo, no entanto, quando, neste contexto de relativa crise financeira internacional, o país coleciona uma galeria de boas notícias – consideravelmente grande para que a insuspeita revista *The Economist*, em editorial e reportagem, nos inclua, na perspectiva de futuro imediato, a condição de “superpotência”. Recorrendo às recentes descobertas de campos de petróleo, a publicação situa o país como o próximo gigante petrolífero. Mais do que isso, ressalta que o Brasil pode

---

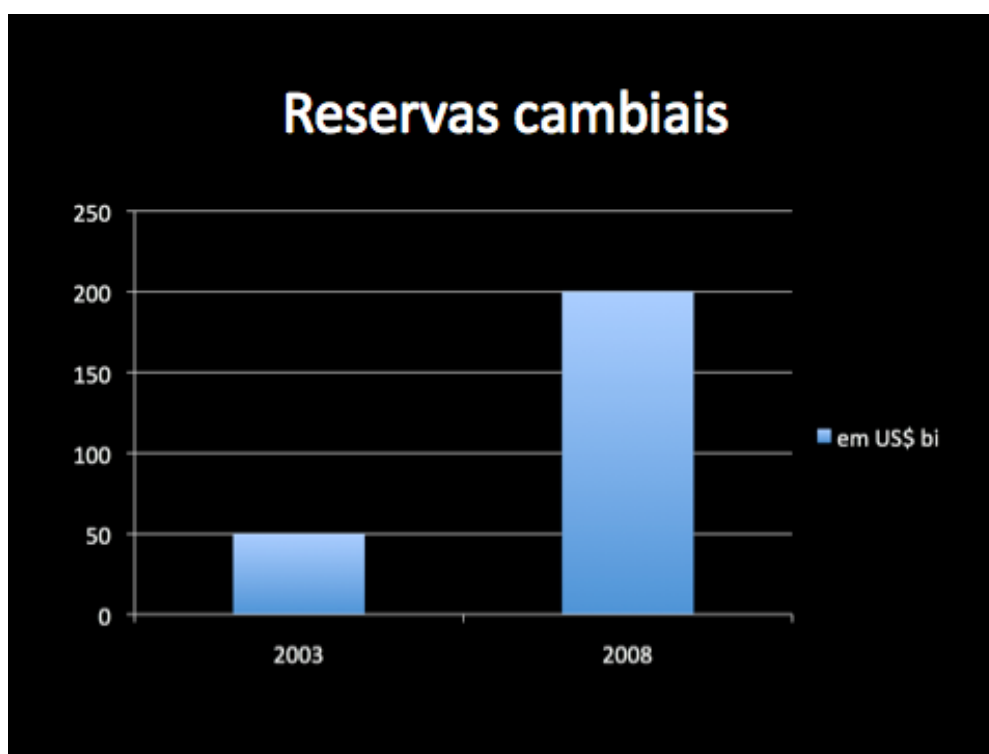
<sup>1</sup> Arthur Ituassu é professor e candidato a doutor em relações internacionais da PUC-Rio. É um dos editores da Jorge Zahar Editor. Rodrigo de Almeida é candidato a doutor em ciência política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), onde é pesquisador do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC/IUPERJ). É editor-executivo do Jornal do Brasil.

começar agora a fazer a diferença na economia mundial, deixando de ser o eterno “país do futuro”<sup>2</sup>.

Os motivos da *Economist* – como, de resto, boa parte da imprensa internacional, como *Financial Times*, *The Guardian*, *El País* e outros – extravasam as razões petrolíferas. Vai das taxas de crescimento econômico mantidas, senão em padrões chinesas, que não nos cabe, pelo menos em patamares sustentáveis (média de 4,5% entre 2004 e 2007, com 24 trimestres consecutivos de crescimento). O nível de investimentos já está próximo dos 18% do PIB, e vem crescendo, o que um permite uma elevação positiva de produtividade. O investimento direto estrangeiro ultrapassou a marca de US\$ 34 bilhões no ano passado. A produção de bens de capital deu um salto gigantesco em 2007 em relação aos dois anos anteriores e a previsão para 2008 é manter o mesmo compasso (19,5% no ano passado, contra 5,7% em 2006 e 3,6% em 2005). As reservas internacionais vêm crescendo continuamente (não chegavam a US\$ 50 bilhões em 2003, hoje são quase US\$ 200 bilhões).

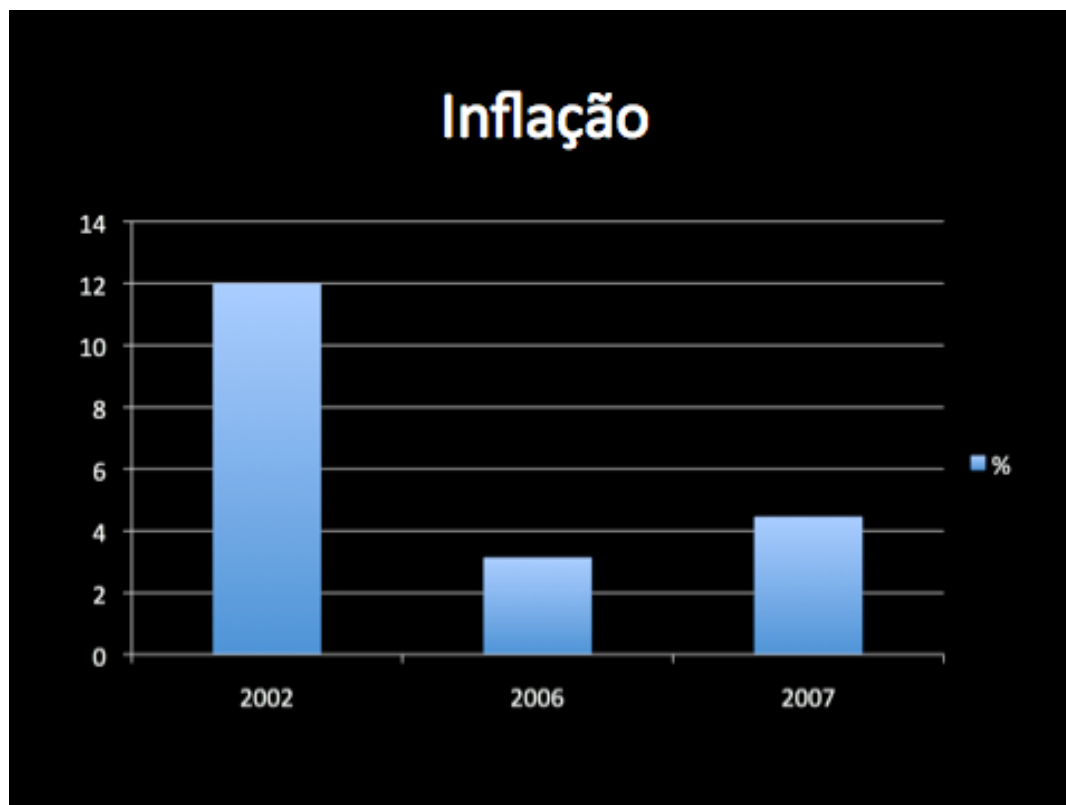


<sup>2</sup> Escreveu a revista em seu editorial da edição de 19-25 de abril de 2008: “Yet there are reasons to believe that South America’s economic powerhouse of 190m people is starting to count in the world”.



Há mais. O Brasil tem atingido continuamente as metas de inflação (se passara dos 12% em 2002, chegou a 4,46% no ano passado e 3,14% em 2006). Não obstante o déficit nominal exibido nos últimos anos, o compromisso fiscal vem sendo mantido (desde 1999, o Brasil apresenta sucessivos superávits primários). A dívida do setor público não pára de cair. O crescimento dos salários e da expansão do crédito tem impulsionado uma nova classe média, a partir de um mercado consumidor de massas. (Cerca de 20 milhões de pessoas, segundo os dados oficiais, passaram das classes D e E para a classe C, provocando substancial mudança na pirâmide social do país).

No Nordeste, a região mais pobre do país, um exército de novos consumidores ganha força, impulsionado pelo impacto distributivo regional dos programas de transferência de renda – que ainda não se sabe se será duradouro, mas já mostrou a sua face. A criação de novos postos formais de trabalho está bem (1,4 milhão, em média, nos últimos quatro anos; em 2007, deu-se o maior nível de geração de emprego em quatro décadas). O Brasil também avança rapidamente como mercado consumidor em escala global. As montadoras estão abarrotadas de encomendas. O país já tem o maior mercado acionário emergente. Grandes empresas são protagonistas de alguns dos maiores negócios mundiais.



E assim a vida segue. Nem só com flores, evidentemente. A desigualdade prossegue em patamares obscenamente grandes, embora tenha perdido musculatura sucessivamente nos últimos anos. Aos poucos, mas tem. O Coeficiente de Gini, a escala da desigualdade de renda, atingiu seu nível mais baixo dos últimos 30 anos, 0,570 pontos, o que ainda põe o país entre o grupo dos 12 países mais desiguais do mundo, mais desigual que Gana, Honduras ou Moçambique. Apesar dos elogios ao controle da inflação e à ampliação dos programas sociais, o Banco Mundial divulgou relatório no fim do ano passado segundo o qual a redução da pobreza, no país, ainda é medíocre. De 1985, quando a ditadura militar cedeu à redemocratização, a 2004, o número de pobres caiu de 33% para 29% da população – apenas 4pp. (Há de se lembrar, porém, que o período abarca 20 anos de estagnação econômica, um ciclo que pode ter chegado ao fim). Existem inúmeras travas – algumas hereditárias, outras reforçadas pelos governos recentes, mas nenhuma delas parece hoje suficientemente forte para turvar o caminho de crescimento da economia real. Pelo que se vê, lê, ouve e sente, o gigante adormecido acordou. E, mais do que isso, os anos 2000 podem converter-se na etapa histórica da guinada brasileira.

Enxergando tais evidências positivas, sublinhando os entraves nacionais – muitos dos quais sem resolução no curto prazo – reconhecendo a existência de críticos da estratégia de desenvolvimento adotada nos últimos anos, pesando prós e contras mas, sobretudo, olhando para o que éramos há pouco mais de duas décadas e o que somos hoje, convém perguntar: por que, ainda assim, nos questionamos se o Brasil tem jeito? Não se trata de uma crítica à

pergunta, mesmo porque os signatários a fizeram a respeitáveis analistas em dois volumes publicados nos últimos dois anos<sup>3</sup>. Antes, a recorrência da questão é a constatação de algo intrigante: o exemplo da marca de paradoxos que balizam a história nacional; a evidência de que o Brasil constitui um país de ausências e contradições, mas também de possibilidades; o reconhecimento dos avanços com a reafirmação de que estamos insatisfeitos com o que somos e temos; a afronta à resignação com o ritmo atual das mudanças. Questionar o *jeito* do Brasil significa, simultaneamente, abrir as portas para os passageiros do otimismo e manter aberto o olhar crítico da desconfiança. Afinal, o Brasil é um porto seguro ao investimento internacional, mas também é uma nação das mais violentas do mundo, das mais desiguais do planeta, com índices baixíssimos de rendimento educacional, com exemplos exorbitantes de impunidade e discriminação jurídica. Este artigo busca aprofundar essa marca de paradoxos, incongruências, incompletudes, além de sublinhar, quando necessário, o que se fez e se faz para que acreditemos no Brasil. Também busca saídas para os labirintos que persistem de maneira perturbadora, capazes de, por vezes, nos fazer acreditar na idéia de que não há solução. Com um aviso desde já: trata-se de uma peça produzida por dois autores que crêem no Brasil – não como profissionais de fé ou como embarcados numa estéril esperança de redenção nacional, mas com a convicção de que o jeito está ao nosso alcance.

### **Por que perguntar?**

Em 2006, ano em que o Brasil optaria por mais quatro anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou retorno a uma gestão tucana, os signatários fizeram a pergunta “O Brasil tem jeito?” a dois cientistas políticos, dois economistas e dois jornalistas – Fabiano Santos e Wanderley Guilherme dos Santos, Gustavo Franco e Luiz Gonzaga Belluzzo, Merval Pereira e Miriam Leitão. Os olhares díspares eram emoldurados pela certeza de que havia, e há, trilhas exequíveis a seguir. Algumas perguntas, extensivas à questão central, intrigavam organizadores e autores: como o Brasil convive com tantos problemas seculares, ao mesmo tempo em que exhibe tão imensas possibilidades de prosperidade? Por que o cidadão é constantemente desrespeitado na alocação do dinheiro público? Por que a população não conta com escolas e hospitais públicos de qualidade? Por que faltam segurança e acesso igualitário à Justiça? Por que alguns brasileiros são mais brasileiros que outros? Todos, sem exceção, concordavam que, de uma forma ou de outra, este país tem jeito e isso, em última instância, punha nas mãos do eleitor e na sua capacidade de cobrar dos políticos uma atuação mais condizente com os seus anseios.

Havia na questão proposta uma sutil armadilha, notaram alguns. Como o economista Gustavo Franco escreveu, se a pergunta pedisse uma solução, estaria reconhecendo um problema; se a dúvida fosse remédio ou cura, seria como admitir a existência de uma doença. Mas o que dizer do “jeito”? Jeito é uma instituição tipicamente brasileira, algo como a “rua” e

---

<sup>3</sup> O Brasil tem jeito? – vols. 1 e 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006 e 2007.

a “casa”, ou a jabuticaba. “São coisas que só existem no Brasil, e, portanto, o Brasil é tudo menos ‘desajeitado’”, disse Franco. Perguntar se o país tem jeito é reconhecer que somos um copo pela metade – quase sucesso, quase fracasso, quase esperança, quase desencanto, dependendo do momento e do olhar. As próprias respostas contidas no livro configuram uma justificativa do porquê da pergunta. Mas, para não repetir aqui o que disseram os autores, convém recorrer a pelo menos dois deles, cujas visões distintas sintetizam os objetivos do que se deseja sublinhar neste artigo: o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos e o próprio Gustavo Franco.

O primeiro acertadamente aponta duas grandes ilusões que turvam as análises sobre o país: o mito de que o Brasil continua o mesmo e a suposta capacidade da elite brasileira de se reproduzir, mantendo sob controle os destinos nacionais. Santos lembra que a tese da imutabilidade das chagas nacionais<sup>4</sup> é contraposta pelas transformações de natureza econômica, política e jurídica – das mudanças que nos livraram do regime escravista aos fatos ocorridos na Primeira República, quando as bases de sustentação do poder nacional se transferiram dos municípios para as unidades federadas dos Estados. Da constituição, a partir da Revolução de 30, de um aparelho de Estado “adequado a projetos de modernização e diversificação produtiva” à integração nacional daí seguida e aprofundada durante o restante do século XX. Assistiu-se, no século passado, a um extraordinário crescimento médio, numa marcha capitalista contínua de efeitos colaterais perversos – a deterioração urbanística, o exército de trabalhadores informais, a má distribuição de renda, entre outras.

A segunda ilusão sugerida pelo cientista político – a capacidade de nossas elites de se reproduzirem e manterem sob seu completo controle os destinos nacionais – é identificada como um dos juízos estabelecidos no país. Ele reconhece a estabilidade da estratificação social brasileira, mas questiona a tese de que a mesma elite tem se assenhorado do pulso do poder, impedindo transformações relevantes. Conforme lembra Santos, o Brasil atravessou sua história sob concorrência intensa entre diferentes elites. Para citar dois exemplos, as elites cafeeiras que assumiram o poder no início da República não compartilhavam dos interesses dos plantadores de algodão maranhense ou dos senhores dos canaviais nordestinos; a cada eleição observam-se mudanças consideráveis na composição das cadeiras da Câmara dos Deputados, com expressiva participação da classe média, dos profissionais liberais, dos trabalhadores não manuais e, mesmo, dos trabalhadores manuais e dos trabalhadores rurais. Conforme lembra o cientista político, há evidências de discriminação contra mulheres e contra negros, que se manifestam nas taxas diferenciadas de educação, emprego, ocupação e salário. Mas não há obstáculos institucionais e legais assegurando a perpetuação de tais disparidades. Faltam barreiras institucionais que impeçam, por exemplo, a ascensão social e econômica das classes inferiores – o que não quer dizer que contem com as mesmas probabilidades de acesso que o das classes superiores.

---

<sup>4</sup> Santos aprofunda a tese no livro *O Horizonte do Desejo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

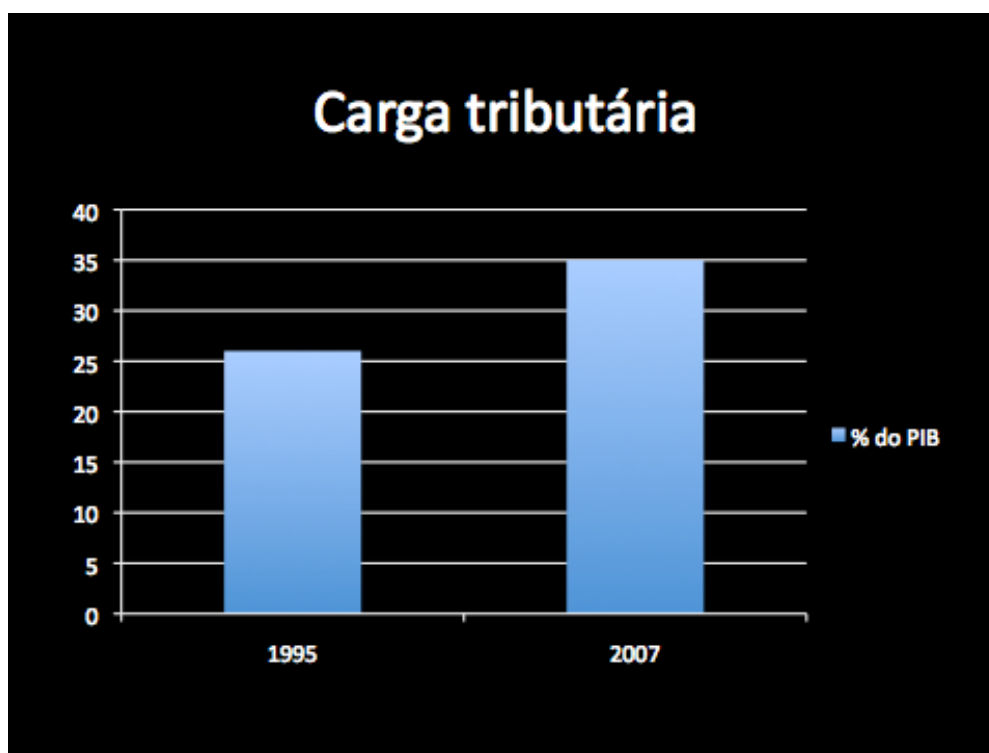
O outro autor do primeiro volume de *O Brasil tem jeito?* a citar, o economista Gustavo Franco, escreveu seu artigo fundamentado numa hipótese central para o problema brasileiro: a tese de que somos uma sociedade fundada essencialmente sobre o privilégio. Sua prevalência, diz ele, é o passaporte para a estagnação. Tema comum a muitos historiadores, parece haver um consenso segundo o qual no começo não havia capital, nem trabalho, tampouco sociedade, mas apenas o Estado – um Estado demiurgo e criador de todos os privilégios, dentre os quais, inclusive, o direito de propriedade sobre outros seres humanos. No Brasil, afirma Franco, nunca tivemos luta de classes de verdade; a tensão social sempre se daria entre o Estado, os seus donos, e a sociedade, especialmente os brasileiros desprovidos de privilégio. O Estado, aqui, seria sempre uma encarnação falsificada da nação. Uma propriedade privada de poucos – daí porque o Brasil teria nascido desigual e o crescimento, a urbanização e a internacionalização ao longo do século XX não teriam modificado sua natureza. Em outras palavras, o país mudou, mas a maioria continuou coadjuvante da sociedade do privilégio.

Numa leitura superficial, o argumento de Franco poderia aderir àquilo que Santos refuta – a tese da imutabilidade histórica. Só numa leitura superficial. O economista não nega os avanços seculares do país. Imutável, segundo ele, é a ordenação de uma sociedade fundamentada no privilégio. Os privilegiados podem mudar ao longo do tempo, mas o privilégio continua sendo o elemento ordenador da sociedade. Para Franco, tudo, neste início de século XXI, parece estranho aos cânones da sociedade do privilégio. A democracia de massa põe em xeque o privilégio como regra ordenadora da relação entre o Estado e a sociedade, impõe o horizontalismo e destrói a personalidade e a funcionalidade do Estado tal como sempre existiu. A rápida evolução das instituições e da regulação monetária – seu estudo de caso – evidencia o que ele chama de contradição básica com as formas usuais de funcionamento de uma economia ainda confusa com a escolha entre a busca do privilégio e o empreendedorismo. Vivemos, diz ele, em meio à luta entre o “mercado” (a lógica econômica) e o imaginário político, com suas formas estabelecidas de governar e fazer políticas públicas com base no privilégio e no clientelismo.

Embora ambos os autores partam de uma premissa diferente, os dois chegam a certo grau de confluência. Primeiro, o Brasil se viu diante de uma notável evolução institucional. Segundo, há princípios ordenadores da sociedade que estão em questão devido à mão invisível da democracia, à modernização e às tensões próprias de um país em transformação. Terceiro, sedimentamos uma economia capitalista de grande vigor (não há notícia de rupturas mais drásticas. Tudo somado, a questão é buscar eliminar os vícios do Estado – extensivos à sociedade – que destroem a teia relacional que Roberto da Matta identificou como a “casa”. É dessa tarefa que resultará a possibilidade de um projeto de desenvolvimento para o país, balizado pela articulação entre governos, trabalhadores, mercados financeiros, empresários dos mais diversos setores, entre outros. Algo que não se volte apenas para a noção simplificadora de “crescimento”, mas que tenha também como prioridade lidar, por exemplo, com a absurda desigualdade de renda que impera em nossa sociedade de privilégios. Segundo essa concepção,

crescer é certamente importante, mas não de modo a reproduzir a recusa em se tratar dos problemas sérios no país ou uma forma ideológica disfarçada que permite a determinados agentes políticos manter intocáveis os privilégios diretos e indiretos que a autoridade pública, em seus três níveis (federal, estadual e municipal), gera para determinadas classes sociais no Brasil, em detrimento de dezenas de milhões de excluídos.

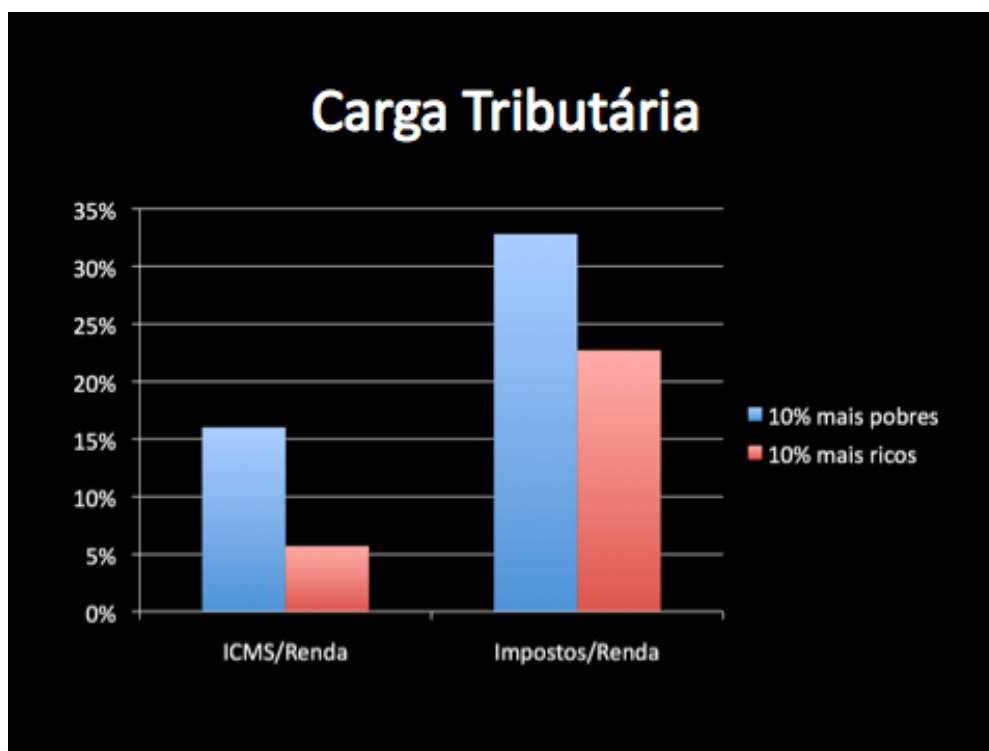
Mesmo que o índice de desigualdade de renda, por exemplo, tenha melhorado ao longo dos últimos anos, não é de se espantar que não esteja se aprimorando ao menos em uma velocidade próxima à da absorção da renda pelo Estado? A partir de 1995, já na nova contabilidade do PIB, a carga tributária brasileira cresceu quase dez pontos percentuais, passando de 26% em 1995, para 35% em 2007 (Ipea). Em um período de fato de dez anos, o Coeficiente de Gini do país melhorou de 0,601, em 1995, para 0,569, em 2005. Com tamanho crescimento da apropriação pelo Estado, não seria de esperar uma queda mais rápida na desigualdade da renda? Não é o Estado o veículo mais poderoso de distribuição de recursos na sociedade? A partir da geração de bens universais que servem a todos, independente da renda? Não parece haver algo de errado na qualidade e na prioridade da alocação dos recursos públicos, que deturpa a natureza do Estado no Brasil?



A título de comparação, vale ressaltar outros países que, segundo dados da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), orbitam na faixa dos 30-40% do PIB em arrecadação tributária: Austrália (31,5%), Nova Zelândia (35,1%), Suíça (35,7%), Canadá (35,8%), Reino Unido (37,4%), Alemanha (37,9%) e Noruega (40,3%). Países que estão muito longe de serem conhecidos pelas suas mazelas sociais.

Um notável exemplo do descompasso entre o sistema tributário brasileiro e a distribuição de recursos na sociedade foi dado por recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea). Boa parte dos tributos, revelou o estudo, taxa ricos e pobres igualmente – é o caso do ICMS e do IPTU, por exemplo. O ICMS abocanha 16% da renda dos 10% mais pobres, enquanto do topo da pirâmide só consome 5,7%. Pelos cálculos do Ipea, essa distorção faz com que a parcela dos 10% mais pobres da população tenham 32,8% de sua renda destinados ao pagamento de impostos diretos e indiretos, enquanto para os 10% mais ricos a participação é de 22,7%. Não por menos o topo da pirâmide se apropria de 75,4% da riqueza nacionais. De forma absoluta, a parcela da população que arca com a maior carga tributária, nas contas do Ipea, é a que recebe mensalmente entre cinco e 30 salários mínimos (R\$ 2.075 a R\$ 12.450).



Em meio a essa situação, vale ressaltar um estudo feito pelo deputado federal amazonense Pauderney Avelino, divulgado em 2005, para o mesmo período citado anteriormente, 1995-2004. O relatório mostra que quatro grandes contas determinaram os gastos do governo brasileiro no período: 1) juros, 2) previdência, 3) salários da burocracia e 4) funcionamento da máquina pública, que inclui viagens, gastos com energia elétrica, água etc., e até o famoso cafezinho na pausa do expediente.

Se normalmente há uma preocupação constante com a conta de juros, os números da pesquisa produzida na Câmara dos Deputados mostram que a realidade é um pouco mais complexa. De 1995 a 2004, o governo federal gastou R\$ 725 bilhões com o pagamento de juros, mas R\$ 2,78 trilhões com o funcionamento da máquina, R\$ 1,07 trilhão com os salários da burocracia e R\$ 1,2 trilhão com a Previdência Social. O gasto total com as quatro contas citadas somou, nos dez anos analisados, R\$ 5,78 trilhões. Ou seja, seis vezes mais que o total (R\$ 884 bilhões) executado pelo governo federal no mesmo período com educação, saúde, segurança e infra-estrutura, tudo junto.

Foi pensando em tais lacunas que um segundo volume de *O Brasil tem jeito?* debruçou-se especialmente sobre a ação da autoridade pública. Se o primeiro limitou-se a fazer a pergunta-título, o segundo fez uma proposta mais assertiva, defendendo a implementação de uma agenda que leve a ação da autoridade política em direção à provisão de bens públicos básicos à sociedade brasileira, de modo a resolver ou, pelo menos, amenizar seus problemas mais urgentes – como segurança, saúde, educação e acesso à Justiça. Escreveram o médico Adib Jatene (sobre saúde), o jurista Dalmo Dallari (sobre Justiça), os sociólogos Luiz Eduardo Soares e Miriam Guindani (sobre segurança), e a educadora e atual secretária de Educação do governo do Estado de São Paulo Maria Helena Guimarães de Castro (sobre educação). O quadro de autores se completou com os jornalistas Villas-Bôas Corrêa e Roberto Pompeu de Toledo, dois dos mais experientes e brilhantes jornalistas de nosso tempo, respondendo à pergunta-título do livro. Sugeriu-se, no segundo volume, que a perpetuação dessas e de outras chagas (como o fato de que, hoje, 95% das nações do planeta têm índices de distribuição de renda melhores do que os nossos) decorre da natureza não-pública da ação da autoridade no Brasil.

Daí, mais uma vez, advieram outras perguntas subjacentes ao título original: que bens realmente públicos o país possui? Por que não temos e como podemos ter uma educação básica gratuita e de qualidade, acesso à Justiça garantido universalmente e facilitado, atendimento médico gratuito e de qualidade, condições mínimas de segurança pública na vida social? São esses os serviços básicos e essenciais a qualquer comunidade. São bens que o Estado é teoricamente o melhor e único provedor. São ausências sentidas em meio a sucessivos recortes de arrecadação tributária – uma carga suportada hoje na faixa entre 35% e 40% do Produto Interno Brasileiro (PIB). Trata-se de uma discussão do próprio sentido da autoridade – o centro de referência em volta da qual gira a vida social. É a autoridade, afinal, que produz as leis e as regras de convivência, que fiscaliza o seu cumprimento e pune o seu descumprimento. Se a autoridade é deturpada na sua ação, assim também será a sociedade, a política, a economia, a vida em comunidade. A corrupção, a violência, a concentração de renda, a anomia são mazelas decorrentes desse desvio de origem. Em um livro publicado há mais de 10 anos, o historiador Eric Hobsbawm nos definia como um “monumento de injustiça social”<sup>5</sup>.

No caso da educação, como mostra o artigo de Maria Helena Guimarães de Castro, assusta perceber que apenas 62 das 200 mil escolas públicas do país exibem nível de qualidade compatível com o dos países desenvolvidos. É verdade que, na última década, o Brasil conseguiu ampliar de forma significativa o acesso às escolas. O acesso ao ensino médio cresceu entre 8% e 12% ao ano, e o ensino fundamental obrigatório conseguiu garantir vagas a todas as crianças entre 7 e 14 anos. O grande problema, no entanto, é a falta de qualidade do ensino oferecido. Quem pode, não põe seus filhos numa escola pública, a não ser em poucas ilhas de excelência institucional, como os CAPs, das universidades federais.

Se hoje é possível comemorar o fato de quase a totalidade das crianças entre 7 e 14 anos terem acesso à escola, é também preciso lembrar que apenas 65% concluem a oitava série, e

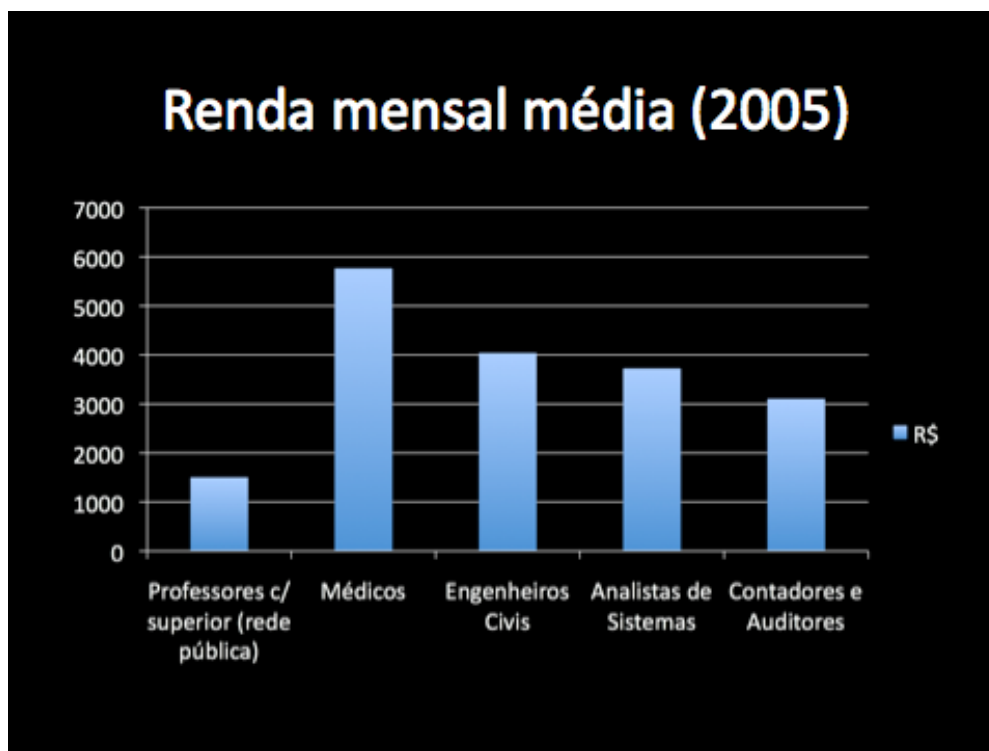
---

<sup>5</sup> A Era dos Extremos. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

apenas 42%, o ensino médio. Dos 60 milhões de estudantes brasileiros, 33,7 milhões no ensino fundamental, apenas 4,5 milhões chegam às universidades e somente 100 mil, à pós-graduação. Com dados de 2005, percebe-se que, naquele ano, 99% das crianças tinham acesso à primeira série e 96,5% das crianças entre 7 a 14 anos estavam matriculadas, mas apenas 41% concluíam o ensino fundamental, e 34% dos alunos de 10 anos, 55% dos alunos de 14 anos e 74% dos alunos de 17 anos estavam em situação de atraso escolar. De fato, quase 20% dos jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola sem completar o ensino fundamental. A partir dos 14 anos, como mostra um estudo citado pela atual secretária de Educação de São Paulo, a porcentagem de jovens que estudam começa a cair rapidamente, chegando a menos de 50% aos 18 anos.

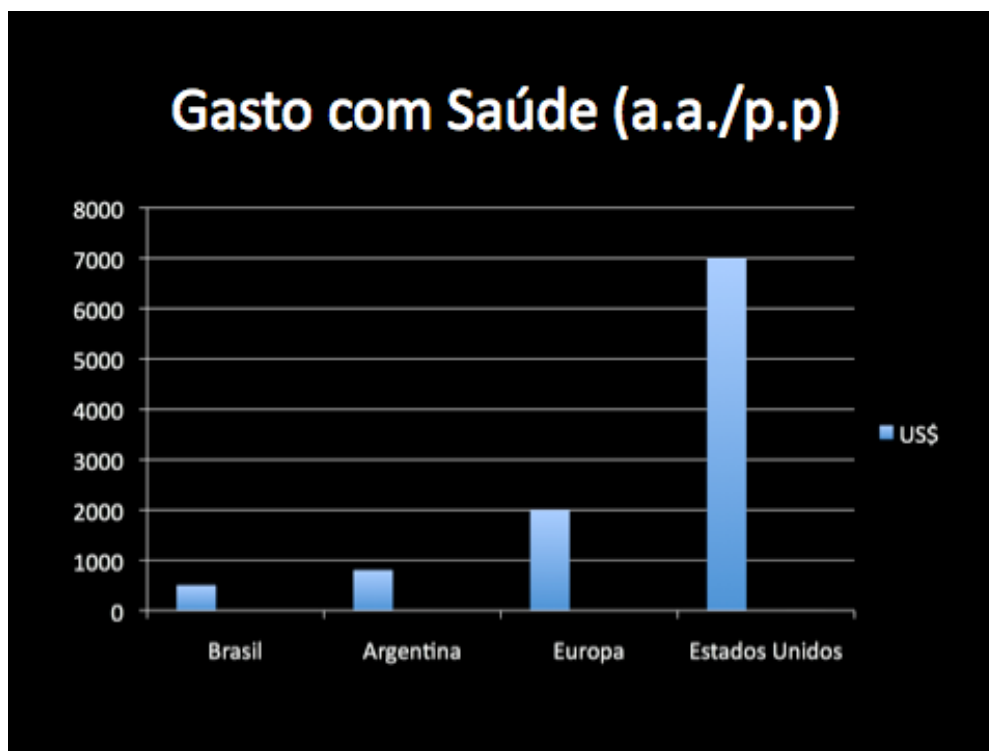


A educação é sempre uma unanimidade, mas há gerações e gerações o Brasil paga muito mal aos seus professores na educação fundamental. Novamente com dados de 2005, percebe-se que o rendimento médio mensal de um professor com nível superior atuando no ensino fundamental ou médio varia de R\$ 1.000 a R\$ 1.500, baixíssimo se comparado ao rendimento médio mensal na época de médicos (R\$ 5.763), engenheiros civis (R\$ 4.037), analistas de sistemas (R\$ 3.724) e contadores ou auditores (R\$ 3.104). Chama atenção também a ampla disparidade entre os rendimentos comparados entre os que atuam no ensino básico e nas universidades, de mais de 100%, bastante sintomático da opção tradicional do país.



No caso da saúde, é importante lembrar, como faz o dr. Adib Jatene, que em 56 anos, de 1950 a 2006, a população brasileira cresceu 346% e a urbanização da sociedade brasileira, 870%. Além disso, a população também envelheceu de forma significativa, dado que a expectativa de vida de 47 anos, em 1950, ultrapassa hoje os 70 anos. E o investimento na saúde, acompanhou tais desdobramentos?

A discriminação social notória do país é representada também na saúde. Como argumenta o dr. Adib Jatene, basta comparar o que gasta o setor privado e o setor público. Enquanto o primeiro tem a sua disposição R\$ 80 bilhões por ano para atender 40 milhões de pessoas, o segundo se utiliza aproximadamente dos mesmo nível de recursos com o dever de atender o direito constitucional de 180 milhões de cidadãos. Enquanto no setor privado, os gastos atingem a cifra de R\$ 2 mil por ano por pessoa, o setor público trabalha na margem de R\$ 440 per capita/por ano. Somados os dois recursos disponíveis e dividido pela população, temos a cifra de R\$ 880 per capita/por ano, um pouco mais de US\$ 500. A título de comparação, a mesma média nos Estados Unidos é de US\$ 7 mil; na Europa, Japão e Canadá, US\$ 2 mil; na Argentina, US\$ 800.



No campo da Justiça, há várias questões. A tese do jurista e professor Dalmo Dallari, por exemplo, é a de que o Judiciário brasileiro é “igual mas dependente”, em relação aos outros poderes do arcabouço institucional. Diz o professor Dallari:

Analizando-se os artigos da Constituição brasileira de 1988 que se referem ao Poder Judiciário e confrontando-os com a mecânica de fixação de prioridades e distribuição dos recursos financeiros, pode-se concluir que o resultado das disposições constitucionais sobre o Judiciário e seu relacionamento com os demais poderes foi a criação de um paradoxo: uma igualdade formal com os demais poderes, acompanhada de uma dependência prática. Na realidade, a obtenção de recursos financeiros para a melhoria dos serviços judiciários ficou sempre na dependência da boa vontade do Executivo e do Legislativo, pois sempre foi do primeiro a competência para preparar o projeto de lei orçamentária e, considerando as limitações da arrecadação e as diretrizes financeiras, pôs suas prioridades em primeiro lugar, destinando ao Judiciário o mínimo necessário para a manutenção dos serviços já existentes, quando muito com pequenas execuções para investimentos. E, para evitar o risco de uma reação dos juízes, o Executivo sempre fez concessões para que os membros do Judiciário recebessem algumas vantagens pessoais, ou para que os órgãos superiores dos tribunais mantivessem uma aparência de poder, usando instalações vistosas como palácios.<sup>6</sup>

Talvez esteja aí uma das causas do baixíssimo índice de um juiz para cada 30 mil habitantes no Brasil, em especial se comparado à relação de um para cada 3 mil habitantes na Alemanha, ou do número exorbitante de 10 mil processos por juiz, como é o caso do estado de São Paulo. Não à toa, um relatório da ONU de 2005 alerta para o fato de que a Justiça

<sup>6</sup> Dallari, Dalmo. “Um novo judiciário para o século XXI”, in Ituassu, A. e Almeida, R. de, *O Brasil tem jeito? Vol.2*, Jorge Zahar Editor, 2007, p.109.

brasileira é lenta e pouco acessível à população carente. “Grande parte da população brasileira, por razões sociais, econômicas, culturais ou de exclusão está impedida de ter acesso à prestação judicial ou a recebem de forma discriminatória”, diz o texto das Nações Unidas, que apresenta situações absurdas em alguns estados do país. Como no Pará, por exemplo, onde dos 1200 casos de assassinato de trabalhadores rurais entre 1985 e 2001 somente 85 tiveram suas sentenças julgadas de forma definitiva. Ou seja, de acordo com a ONU, 95% dos desse tipo de ação ficaram sem resposta da Justiça nesse estado, naquele período.

No campo da segurança, os números são ainda mais perturbadores. Quarenta e cinco mil pessoas morrem todos os anos vítimas de crime. Quase 80% desses crimes, praticados com armas de fogo. Isso significa uma taxa de 27 vítimas de crimes letais para cada 100 mil habitantes. No universo estritamente masculino, o número dobra, aproximadamente 50 vítimas para cada 100 mil homens. Restringindo-se ainda mais a análise apenas para jovens entre 15 e 24 anos, o índice dobra novamente, atingindo o nível de 100 vítimas para cada 100 mil jovens nessa faixa etária. Em favelas do Rio, São Paulo e Recife, estudos mostram que o número dobra novamente. De fato, o Brasil é o primeiro de um ranking de 65 países em homicídios de jovens por armas de fogo. A história da violência no Brasil passa pelo extermínio do jovem brasileiro, em especial se este for do sexo masculino, negro e pobre.

Ao mesmo tempo, há também o problema da violência gerada pelo próprio Estado. Como mostram os criminalistas Luiz Eduardo Soares e Miriam Guindani, somente no estado do Rio de Janeiro, 1195 pessoas foram mortas pelas polícias em 2003, 65% dos casos com sinais claros de execução. Em 2004, as vítimas foram 984. Em 2005, 1087. Em 2006, 1063 apenas nos primeiros seis meses. “Quanto às vítimas das ações policiais, note-se que a quase totalidade era de jovens, negros, pobres e moradores das favelas e periferias”, dizem Soares e Guindani.<sup>7</sup>

Como se não bastasse, nossas prisões são verdadeiros antros do crime e do abandono. Apenas 26% dos presos brasileiros exercem alguma atividade laboral. Apenas 17% estão vinculados a algumas atividades de ensino. A violação da correspondência ocorre em 60% dos estabelecimentos.<sup>8</sup> Não à toa, os filiados da Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro gastaram R\$ 3 bilhões com segurança privada em 2005, aproximadamente o mesmo montante do orçamento público para a segurança fluminense. Ou seja, para se sentir minimamente seguro, o cidadão deve pagar dobrado.

### **O terceiro consenso**

Nas últimas décadas, importantes saltos à frente dados pelo Brasil só foram possíveis por meio da produção de consensos mais relevantes. O primeiro deles foi a consolidação do processo democrático. O segundo foi a obtenção da estabilidade monetária. Ambos se transformaram em

---

<sup>7</sup> Soares, Luiz Eduardo e Guindani, Miriam. “Um pacto republicano em defesa da vida”, idem, p.122.

<sup>8</sup> Idem, p.136.

cláusulas pétreas da vida política, econômica e institucional brasileira. Está na hora do terceiro consenso, a hora de repensar a autoridade pública. Mas, admitindo a idéia de que esta é uma tarefa inconclusa e imperativa, há uma plethora de razões para continuarmos fazendo a pergunta: o Brasil tem jeito?

Sim, o Brasil tem jeito. Em se tratando de Brasil, saltos costumam ser, não raros, fortemente atabalhoados. O trabalho recente em nome do progresso material do país começou com a desastrosa e comprometedor gestão de Fernando Collor de Mello, à qual se seguiram os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e a eleição e reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Disto resultou um caldo saboroso, especialmente se somado a mudanças de ventos no plano internacional. O Brasil e alguns dos países emergentes, sobretudo as famosas nações que compõem o grupo dos BRICS (além do Brasil, China, Índia e Rússia), vêm rompendo com uma rotina histórica: a de que os países subdesenvolvidos só se desenvolvem quando crescem os desenvolvidos; ou entram em crise justamente com estes.

Pode ser correto dizer que brasileiros se perguntam – mais do que deviam – por que não exibimos resultados tão pujantes quanto os chineses. É uma questão que ronda a cabeça de muita gente de boa vontade desde quando os economistas da Goldman Sachs inventaram a sigla para dizer que, dentro de 25 anos, a economia conjunta dos quatro passaria a representar o equivalente à metade do PIB do G-7. (Na época, somadas, equivaliam a 15% do PIB dos sete países mais industrializados do mundo). A projeção ia adiante: as riquezas das quatro nações alcançariam o tamanho das economias do mundo industrializado por volta de 2040. Da conjugação de astros, a onda dos BRICs fez emergir uma febre de comparações, especialmente depois de, superados alguns anos, o Brasil revelar-se o primo pobre do grupo. A assimetria chegar, em certo tempo, a uma curiosa inversão: estaríamos mais para CRIB do que para BRIC, conforme observado por Sheun Ming Ling, um empresário brasileiro de origem chinesa com mais de 50 anos de experiência, citado por Paulo Rabello de Castro<sup>9</sup>. Por ordem de desempenho, as letras do BRIC se inverteriam para a China vir na frente e o B, do Brasil, figurar no final. A tradução resultaria em “berço” – e, em “berço esplêndido”, estaria o Brasil.

Parece igualmente acertado, porém, ressaltar que o Brasil é o único país continental que emerge para o desenvolvimento econômico em condições de normalidade democrática. Não conta com o unipartidarismo e a ilimitada coação da China. Não exhibe a corrupção econômica e política como iniciativa de Estado da Rússia (não obstante a insistência de casos escandalosos na vida política brasileira). Também é ausente no Brasil o disciplinado conformismo de uma sociedade de extrema estratificação social como é o caso da Índia. Longe disso. Por aqui, apesar da grita dos detratores de nosso sistema político, o cenário é, neste terreno nacional, ultrapovoado por partidos e grupos de interesse diversos. Basta lembrar que a simples idéia de corte em verbas públicas distributivas parlamentares é denunciada como ameaça de tirania. O Brasil também tem avançado consideravelmente no aperfeiçoamento de mecanismos de controle sobre o uso dos recursos públicos – avanço válido para todas as

---

<sup>9</sup> *Folha de S.Paulo*, de 16 de agosto de 2006.

esferas de governo. Prova irrefutável está na visibilidade cada vez maior dos processos de caça aos corruptos de toda espécie. A impunidade ainda exhibe alta e inquietante temperatura, mas há evidências de uma democracia em progresso.

O que não significa “democracia desejada”. O produto democrático brasileiro não é de boa qualidade. Têm faltado grandes figuras parlamentares. A ausência de um governo dotado de operadores políticos mais hábeis no Congresso e a submissão do Executivo a aliados eticamente pouco confiáveis, para dizer o mínimo, conduz à manutenção indesejável de uma política predatória, anti-republicana e... antidemocrática. Tão grave é saber que nem governo nem oposição têm chegado a consensos mínimos capazes de reduzir o sistema de cooptação em curso. As crises políticas dos últimos anos deixaram em seu rastro uma faceta perversa do presidencialismo brasileiro: o excesso de poderes sobre o Executivo. Sem meios de participar ativamente das políticas públicas, parlamentares aderem ao danoso sistema de cooperação pela troca de benefícios. Os custos de transação aí embutidos são danosos a qualquer governo. A começar pela “sedução” da própria base. Cada projeto requer, preliminarmente, atender às necessidades paroquiais de considerável número de parlamentares. Nessa soma de mazelas dos Poderes, convém lembrar um Judiciário que, chamado a ocupar o papel de legislador, vem, aos poucos, servindo-se de palco aos apelos do partidarismo de alguns de seus protagonistas.

Se a democracia daí resultante pode não exibir um país virtuoso, está longe de revelar um enfermo sem futuro. Há de se ter jeito. Sobretudo porque o ingresso brasileiro no complexo jogo internacional não pode ocorrer simultaneamente a uma política interna de baixa qualidade. É um luxo de gravíssimas conseqüências, uma vez que o Brasil, na condição de ator de papel crescentemente relevante na comunidade internacional, vê seus movimentos internos e externos cada vez mais monitorados. O que se faz aqui dentro deve ser cuidadosamente calculado, do mesmo modo que suas ações externas.

Ainda mal comparando aos demais integrantes do grupo dos BRICs, o Brasil foi o que obteve melhores resultados no Índice de Desenvolvimento Humano, conforme dados divulgados em novembro do ano passado pela ONU. Embora tenham registrado crescimento no IDH superior ao brasileiro nos últimos 15 anos, Índia e China ainda estão bem abaixo no ranking. Enquanto o Brasil ocupa a 70ª posição, a China está na 81ª e a Índia, na 128ª posição. Nessa disputa, a Rússia ainda se sai melhor: está em 67º. Mas registrou queda no IDH. Enquanto o índice brasileiro foi de 0,800 – alta de 10,65% sobre 1990, por exemplo – no mesmo período o da Rússia foi de 0,802 (queda de 1,6%), o da China, de 0,777 (alta de 22,56%) e o da Índia, de 0,619 (alta de 18,81%). Mantido o ritmo, a bem da verdade, os asiáticos poderão ultrapassar o Brasil no médio prazo. Brasileiros exibem ainda melhores indicadores de pobreza e de saneamento. Não é o propósito deste artigo tornar exaustivo qualquer estudo do gênero, mas a insistência do Brasil em ser o mais desigual do grupo sugere que é preciso repensar continuamente as estratégias de desenvolvimento adotadas até aqui. No Brasil, a renda dos 20% mais ricos é 21,8 vezes maior que a renda dos 20% mais pobres. Na China, essa relação é de 12,2 vezes. Na Rússia, 7,6, média que cai a 5,6 na Índia.

Não seria necessário ir muito adiante na constatação da perversidade de nossa desigualdade. O Brasil tem uma notável capacidade de reafirmar a sina de paradoxos que o persegue desde que se reconhece sua existência. Como os signatários não se cansam de repetir, há um balanço de notícias alentadoras e outras desanimadoras. Sempre haverá um “mas” a ser acrescentado às análises comparativas. Não é só por vocação da imprensa brasileira ou por mero complexo de vira-lata a nos atormentar que é hoje quase impossível ler uma notícia bem-vinda sem as inevitáveis conjunções adversativas. O que não significa, como fazem alguns, desqualificar um processo capaz de assegurar o otimismo nacional. *Mas* o fato é que nosso amplo cardápio de desigualdades se renova continuamente e nos leva a uma paradoxal conjunção entre progresso material, mudanças difusas e um estado social desalentador. O Brasil é isto: uma união pacífica de um país que se moderniza materialmente e oferece tratamento brutal a um enorme exército de pobres e miseráveis. Essa combinação desabona tanto os profetas do apocalipse quanto os eufóricos mais extremados. Por míopes, ambos costumam a enxergar as nuances dos problemas e das soluções. E estas passam, insista-se, na rediscussão da deterioração institucional – e é a elas que se dedica o tópico a seguir.

### **Para repensar a autoridade**

Aceito o paradoxo nacional, da qual poucos ousarão discordar, resta sublinhar uma outra premissa: o déficit constitucional brasileiro. É dele que resulta boa parte de nossos problemas e de nossas dúvidas quanto ao futuro. Aqui convém rebobinar um pouco a fita da história. A fase constitucional moderna do país começou com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945. Foi a partir daquele momento que os artigos de lei passaram a ter abrangência inédita na história nacional. Da criação de uma Justiça Eleitoral independente ao surgimento de associações voluntárias, o país viu o saudável hábito das regras sob território e população cada vez mais abrangentes. Na década de 50, se ainda era verdade ser bastante elevado o contingente de pessoas a que o Estado não reconhecia, de fato, direitos constitucionais (trabalhadores rurais e grande parte do proletariado urbano), também era verdade a garantia de direitos a segmentos sociais privilegiados. Em outras palavras, a Constituição não existia para todos, mas era suficientemente usufruída por aqueles que a ela tinham acesso.

Descontado o período discricionário da ditadura pós-1964, esperava-se que a restauração das liberdades públicas, civis e políticas produzisse, no mínimo, as condições existentes no período imediatamente anterior ao regime militar. Mais do que isso, desejava-se a ampliação dos direitos constitucionais. A democracia, tudo permitiria. Vinte anos de progresso material da ditadura, no entanto, não produziram efeitos sobre as instituições estatais. Estas revelaram-se incapazes de operar uma sociedade bem mais complexa que a anterior. A decadência operacional do Estado brasileiro mostrou-se gritante, e está claro seu déficit de capacidade de assegurar o consumo dos bens constitucionais por grande parte da população. No extremo, há quem diga que o Brasil se desconstitucionalizou. As relações sociais não mais estão embebidas

das autorizações e limites localizados na Constituição – hoje cada vez mais alheia ao que vai pelo mundo da matéria social.

É em nome da reconstitucionalização dos direitos que o Brasil deve pensar nos meios pelos quais conseguirá produzir bens realmente públicos e de qualidades. Sem a provisão desses bens, ressalve-se, nenhuma comunidade poderá viver pacificamente. São eles que tornam “comum” o cidadão, legitimando as autoridades e as instituições, gerando a estabilidade necessária para garantir investimentos e propiciando mecanismos não-violentos à dinâmica social. De novo, neste caso, o paradoxo é histórico: o brasileiro paga impostos segundo o padrão de nações desenvolvidas da Europa e não dispõe de qualquer bem público de modo instituído e universal, seja educação básica de qualidade, seja um sistema decente de saúde e saneamento, seja um modelo de justiça eficiente, igualitária e de fácil acesso, sejam garantias mínimas de segurança na vida em sociedade. O Brasil paga impostos como um país desenvolvido, mas sua comunidade vive em meio a um grau de desigualdade de renda exorbitante, a um regime discriminatório e corrupto no âmbito da Justiça, a um sistema precário de saneamento básico e atendimento médico, e a uma estrutura educacional pública de primeiro e segundo graus que não se cansa de ser reprovada.

Está na alocação dos recursos públicos a origem da trágica situação nacional. A alta proporção da renda arrecada pela autoridade pública em seus três níveis e a tamanha injustiça social do país são duas faces da mesma moeda. Os signatários suspeitam que esse problema decorre de uma distribuição não-pública da alta parcela da renda absorvida pela autoridade – novamente, nos seus três níveis. Desse modo, a questão é menos o volume da renda absorvida pelo Estado e mais a natureza da sua alocação. Aos poucos, o Brasil vem superando a falsa dicotomia construída pelos debates dos anos 80 e 90, segundo os quais a eficiência do Estado seria proporcional ao seu tamanho. (Xiitas do “mercado” e seus opositores pensavam do mesmo modo, apenas com os sinais trocados). O Estado precisa ser forte para que tenha legitimidade política e capacidade para cobrar impostos e impor a lei. Para que seja forte, não é necessário que seja grande, ou seja, que tenha uma carga tributária muito elevada. Construir Estados capazes de lograr uma relativa igualdade, sem que percam a flexibilidade e a energia necessárias, é um desafio que sociedades democráticas enfrentam. Mesmo um cientista político conservador como Francis Fukuyama reconheceu tal premissa. Nem o neoliberalismo, nem o longo ciclo de industrialização planejado pelo poder público, que inseriu o Brasil no processo capitalista-industrial internacional, foram capazes de cumprir a tarefa. Conceitualmente, isso vale tanto para os processos de desenvolvimento quanto para a oferta de bens públicos – até porque não há um sem o outro.

Um país como o Brasil pode optar por uma carga tributária mais alta que a média. O que prioritariamente não pode é que esta seja consumida sem a geração de qualquer benefício universal e igualitário à sociedade. Muitas vezes, não se trata de uma questão de escassez de recursos. No segundo volume de *O Brasil tem jeito?* os signatários deram exemplos dessa diferença. O Brasil gasta em educação algo em torno de 4,3% do PIB, próximo média da

OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento), e mais que países com sistemas de educação melhores que os nossos, como Uruguai, Chile e Argentina. Gastamos muito, no entanto, com as universidades ditas públicas, nas quais 55% dos estudantes pertencem à classe dos 20% mais ricos do país e apenas 7,9% dos alunos estão entre os 40% mais pobres – uma lógica que já passou da hora de ser transformada. O Brasil, segundo a mesma OCDE, é um dos que menos investem no ensino fundamental e um dos que mais gastam com o ensino superior.

Se chegamos a avançar em educação, saúde, segurança e acesso à justiça – para citar os quatro bens públicos focalizados em nossos estudos – resta dizer que foi pouco diante dos enormes abismos que nos distanciam da oferta de bens públicos instituídos. Se o país alcançou a quase completa universalização do ensino, falhou na prova da qualidade. Se programas de saúde pública permitiram ao Brasil ter hoje a menor quantidade de leitos hospitalares já registrados nas últimas três décadas e o aumento crescente do total de internações realizadas (prova de uma melhor gestão da saúde, capaz de reduzir o tempo de internação de pacientes, e de eficácia da medicina e expansão da atenção básica), milhares de brasileiros pobres ainda se engalfinham nas filas dos hospitais e postos de saúde públicos, unidades onde faltam médicos, remédios e aparelhos. Se é crescente a utilização de recursos institucionais inovadores, como a ação civil pública e a ação popular, o brasileiro ainda se perde no cipoal de instâncias, recursos e entraves processuais que atormentam os caminhos trilhados pela maioria dos processos em curso na Justiça – para não falar do tratamento desigual conferido pelo peso da classe social a que pertença o cidadão interessado em justiça. No Brasil, a impunidade costuma ser a pedra de salvação para criminosos ricos e influentes.

Uma comunidade sem bens públicos, de fato, ainda não se tornou política. Ao mesmo tempo, neste contexto negativo, a relação entre a autoridade e a sociedade não se concretizou a ponto de garantir legitimidade e estabilidade às instituições. Sem bens públicos não há nada concreto de comum que consolide a vida em comunidade, exceto na ficção do nacionalismo imposto pelo patriotismo enganoso, pelas novelas, pela seleção de futebol ou pela repressão. Bens públicos garantem o respeito às leis, a legitimidade da autoridade, a estabilidade social, institucional e a perenidade do ordenamento jurídico. Garantem a previsibilidade do funcionamento social, institucional e político, e, por tabela, o ambiente propício para o investimento econômico de longo prazo. A própria noção da coisa pública (*res publica*) advém da geração de bens públicos. Sem bens públicos a sacralidade da coisa pública se esvazia, propiciando o seu uso privado e a corrupção.

É preciso insistir: depois dos consensos atingidos pelo país em torno da democracia e da estabilidade da moeda, é hora de a sociedade unir-se em torno do desenvolvimento de quatro metas fundamentais para a estabilidade social e econômica do país, uma espécie de conjunto obrigatório de metas de governo: 1) a consolidação de um sistema de ensino básico universal de qualidade; 2) o desenvolvimento de uma rede de saúde pública gratuita e de qualidade; 3) a geração de um ordenamento jurídico rápido, eficiente, de acesso fácil e barato, e que garanta o

cumprimento universal das leis; e 4) a implementação de um corpo de segurança pública eficiente e respeitoso para com o cidadão e as leis. Chega a ser alarmante o fato de que, numa das maiores economias do mundo, nenhum desses bens públicos está à disposição da sociedade. É da capacidade do Estado de brasileiro de garantir a oferta desses bens públicos que depende a extensão da crença de que, sim, este país tem jeito.

### **Sem ufanismos**

Manoel Bonfim, Afonso Celso, Paulo Prado, Gilberto Freyre e tantos outros compõem a extensa galeria de pensadores sociais dedicados à exibição de plenitudes positivas ou negativas de nossa condição de futuro. É sinal de amadurecimento, no entanto, o abandono de um orgulho nacional sustentado pelo que o historiador José Murilo de Carvalho acertadamente chamou de “motivo edênico” – a convicção de que, por ser bonito por natureza, o Brasil estaria fadado ao sucesso. Nos desfiladeiros que separam um país do sucesso ao fracasso, ou simplesmente da condição de protagonista a mero coadjuvante das relações internacionais que regem as nações, emerge a certeza de que são necessários avanços contínuos em múltiplas frentes: políticas, econômicas, sociais, institucionais. Mas, embora esquecendo certo ufanismo característico do passado, a racionalização da rota de desenvolvimento – ou, no limite, da crença de que temos algum jeito – não implica abdicar do papel da subjetividade coletiva. Dependendo da capacidade de sonhar, ousar, estender o campo do possível, a realidade pode tornar-se mais ou menos benéfica. Dizia Santo Agostinho que a esperança tem “duas filhas lindas”: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las.

*Rio de Janeiro, maio de 2008.*